

**NAS PÁGINAS DO TREZE DE MAIO:  
COTIDIANO E PATRIMÔNIO MARAJOARA  
ANTES DA BELLE ÉPOQUE**

***PAGES OF TREZE DE MAIO:  
DAILY AND MARAJOARA'S HERITAGE  
BEFORE THE BELLE ÉPOQUE***

Luís Alberto Freire dos Santos Filho<sup>1</sup>  
Agenor Sarraf Pacheco<sup>2</sup>

**RESUMO**

A pesquisa objetiva reconstituir o cotidiano do arquipélago de Marajó para sondar possíveis evidências de patrimônios públicos, particulares e populares no momento anterior aos tempos da *Belle Époque* na Amazônia. O mapeamento e exercício analítico realizado nas matérias do jornal *Treze de Maio*, entre 1840 e 1861, revelaram a preocupação com patrimônio familiar, heranças, a crise na economia do gado e a emergência da economia da borracha; doenças como o cólera e as fugas de escravos para diferentes espaços marajoaras em tempos de escravidão. É sobre esses temas que circularam nas pautas do matutino, o qual parecia estar alinhado aos discursos em defesa do império brasileiro, que o artigo procurou retratar para discutir cotidiano e patrimônio marajoara antes da Belle Époque.

**PALAVRAS-CHAVE**

Cotidiano; Patrimônio; Imprensa; Século XIX; Marajó-PA.

**ABSTRACT**

The research aims to reconstitute the Marajó's archipelago daily to probe possible evidences of public, private and popular heritage in the previous time to the ones of *Belle Époque* in the Amazon. The mapping and analytical exercise conducted in the articles of the newspaper *Treze de Maio*, between the years of 1840 and 1861, revealed the preoccupation about the family heritage, inheritance, debts; the crisis in the cattle economy and the emergence of the rubber economy; diseases such as cholera and the escape of slaves to different marajoaras' spaces in slavery times. It's about these themes that circulated on the pages of the matutinal, which seemed to be aligned to the speeches in defense of the Brazilian Empire, that the article aimed to portray to the daily discuss and marajoara's heritage before the Belle Époque.

**KEYWORDS**

Daily; Heritage; Press; Nineteenth century; Marajó-PA.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará. luis.freire.filho@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará. sarrafagenor@gmail.co

## INTRODUÇÃO

As duas décadas após o final da Cabanagem (1840 a 1860) estruturam as bases para os chamados tempos da Belle Époque na Amazônica. Sabemos que esse importante período marcou profundamente a vida de pessoas e recriou paisagens e temporalidades. Em função do alavancado crescimento econômico proporcionado pela extração e exportação do látex, acompanhamos uma série de mudanças no campo político e sociocultural de alguns estados do norte do Brasil.

Muito mais do que as mudanças na infraestrutura urbana, a Belle Époque forçou a transformação do próprio amazônida, seja pela exploração de sua mão de obra em atividades extrativistas, plantio e construções urbanas, seja para participar, de alguma maneira, das exigências de novos modos de ser e viver na região.

A tentativa é recompor o cenário das cidades-florestas marajoaras (PACHECO, 2006) com seus muitos e diferentes moradores, evidenciando as lutas por suas existências, valorizando assim as vivências desses sujeitos históricos. Procura-se ainda reconstituir e entender formas de interações dentro desses coletivos humanos e as transformações que vão desembocar no chamado período da Belle Époque na Amazônia (1890-1912). Deste modo, este trabalho visa refletir sobre a experiência sociocultural vivida por habitantes e trabalhadores de municípios marajoaras num período anterior ao apogeu econômico proporcionado pela extração gomífera na região. Os vinte e um anos (1840-1861) que formam esta linha histórica sobre os acontecimentos vividos no arquipélago marajoara e que foram registrados nas páginas do *Treze de Maio* nos permitem compreender um pouco mais sobre a dinâmica das populações amazônidas, o cotidiano e o patrimônio cultural na vida das pessoas.

## O JORNAL EM TELA

A proposta deste trabalho foi perceber a partir das fontes primárias utilizadas as relações entre cotidiano, trabalho e patrimônio, o fazer diário dos habitantes, seu universo de celebrações e disputas diversas. Sobre a forma proposta de pesquisa, Sandra Pelegrini afirma que as maiores problemáticas se dão justamente por percebermos que as lutas pela

sobrevivência se fazem dominante para o entendimento das relações entre memória e patrimônio.

Um dos maiores desafios a serem enfrentados quando um pesquisador se propõe a abordar as relações entre memória e patrimônio centra-se na imperiosa necessidade de articular a história, o espaço e o tempo, pois a percepção do “vivido” está diretamente concatenada ao meio nos quais os grupos humanos sobrevivem e permanecem. Essa contenda, por sua vez, sugere o reconhecimento de que a proteção do patrimônio envolve, por um lado, a preservação da cultura material e imaterial, da paisagem cultural e do ambiente natural e, por outro, o pensar sobre as interfaces entre a memória e a história (PELEGRINI, 2014, p. 1070).

Assim, pode se notar no decorrer da pesquisa que as lutas por sobrevivência deram-se das formas mais variadas possíveis. Tais ações estavam diretamente articuladas às motivações que existiam por trás daqueles que registravam os discursos apresentados. Isso não diminui o valor histórico das fontes, pelo contrário, enriquecem-na ao expor a complexidade das teias de significados, isto é, a cultura (GEERTZ, 1989) à análise do pesquisador.

Sobre as motivações e intenções presentes nas notícias do jornal em questão, do período de 1840 a 1861, é evidente percebermos os jogos de poder presentes nessas construções. Os “sujeitos de voz”, os “anônimos” e os “sem-fala” estão totalmente embebecidos e contaminados pelos momentos históricos em que falam ou calam, não são – em nenhuma hipótese – seres isolados do meio, ainda que não totalmente influenciados por ele. Sendo assim, buscamos aquilo que Le Goff (2003, p. 33) chama ao afirmar que a “objetividade histórica [...] constrói-se pouco a pouco através de revisões incessantes do trabalho histórico, laboriosas verificações sucessivas e acumulação de verdades parciais”.

Tanto a História quanto a Memória “são processos sociais, são construções dos próprios homens – que têm como referências as experiências individuais e coletivas inscritas nos quadros da vida em sociedade” (NEVES, 2000, p. 113), como o que vemos no *Treze de Maio*.

O Jornal *Treze de Maio*, impresso na tipografia de Santos & Menor e Santos & Irmãos foi um periódico de publicação bissemanal (às quartas e sábados), depois trissemanal e em 1855 passou a ser de publicação diária. Foi fundado por Honório José dos Santos, tendo substituído o jornal “Folha Comercial do Pará”. Saiu de circulação em 31 de outubro de 1862<sup>3</sup>. Este periódico encontra-se disponível dos anos de 1840 a 1861 (período abarcado na

---

<sup>3</sup> O Jornal *Treze de Maio* foi substituído pelo “Jornal do Pará” (1862-1878)

pesquisa) no setor de microfilmagem da Biblioteca Pública Artur Vianna da Fundação Cultural Tancredo Neves, em Belém, e já no término da pesquisa soube-se estar disponível também no site da hemeroteca digital brasileira da Fundação Biblioteca Nacional<sup>4</sup>. O título *Treze de Maio* faz referência ao dia 13 de maio de 1836, dia em que as “forças legalistas” chegaram a Belém, liderados por Soares de Andréa a fim de suprimir o movimento cabano<sup>5</sup> na capital, o que é visto com grande louvor por seus proprietários, pois se tratava de um jornal pró-Império como se observa nos anos de 1840 e 1854:

Nem um titulo nos parece mais adequado de que o de = TREZE DE MAIO = desse dia memoravel nos faustos da historia em que a Legalidade conseguiu triunfar dos desastrosos feitos e negos planos da rebeldia, a apoderando-se da capital da provincia (Treze de Maio, nº 1, 13 de maio de 1840).

Seja nos só licito levantar huma voz de regozijo neste feliz anniversario de nossa salvação, consagrando-lhe os nossos costumados applausos, aos quaes nunca poderemos faltar, sem fazer notável violência aos sentimentos de nosso coração. O' TREZE DE MAIO, possas nunca passar desaperebido entre nós. Possa o teu ano despontar volver mil vezes feliz; despertando a grata recordação dos benefícios, que trouxeste com triumpho da Lei contra o furor da anarchia (*Treze de Maio*, nº 330, 13 de maio de 1854).

Ainda que observemos a importância da data de 1836, é válido lembrar que com a fuga dos líderes cabanos da capital em busca de refúgio no interior do estado, a Cabanagem só foi vencida em 1840 (BEZERRA NETO, 2001). O setor de microfílmagens da Biblioteca Pública Artur Vianna dispõe em seu acervo o periódico nos anos de 1840 a 1861 tendo cortes históricos de alguns anos, assim como edições faltando ou sem especificação de data, páginas mutiladas ou mesmo ilegíveis.

## O FAZER-SE DA PESQUISA

As pesquisas iniciaram com o levantamento empírico dos registros encontrados nas edições do *Treze de Maio*, os quais traziam referências às cidades, vilas e freguesias que compunham os chamados Marajó dos Campos e Marajó das Florestas, como denomina Sarraf-Pacheco (2012).

A pesquisa tomou como referencial teórico a História Social em perspectiva interdisciplinar. Leva em consideração que esta “corrente inovadora despreza o acontecimento e insiste na longa duração, deriva a sua atenção para a atividade econômica, a organização social e a psicologia coletiva” (CALONGA, 2012, p. 80 apud BOURDÉ;

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

<sup>5</sup> Revolução de caráter popular, que traz a experiência de diferentes agentes históricos que lutaram em prol de uma verdadeira independência do poder colonial português na região. Dos inúmeros levantes que sucederam no país, a Cabanagem – como ficou conhecida, foi a única que alcançou o poder em 1835.

MARTIN, 1993). Essa forma de investigação vem se desenvolvendo com as ideias difundidas pela *Écolle des Analles*, iniciada no início da década de 1930 por um grupo de historiadores que desenvolviam suas pesquisas e pensavam a produção do conhecimento histórico através de novos enfoques, métodos e objetos para tentar compreender problemáticas que emergem da investigação histórica. O documento dito “oficial” foi desconstruído de sua superioridade de “detentor de verdade” e passou a ser visto como uma das fontes pelas quais o historiador poderia se utilizar para suas pesquisas. Com isso, a utilização dos impressos na pesquisa histórica, sobretudo dos jornais passou a ser bastante utilizada como fonte de pesquisa, deixando bem claro que os usos e os discursos presentes na linguagem jornalística são de toda a forma construída com bases em interesses, motivações pessoais, política entre outros. Como nos sugere Capelato e Prado (1980):

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CALONGA, 2012, p. 89 apud CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19).

A relevância dos usos dos periódicos como fonte de pesquisa se dá justamente, pois:

O discurso da imprensa e sua linguagem não se restringiam apenas a um conjunto de vocabulários, mas antes, seriam capazes de desvelar o nível básico das relações sociais. Expressam-se, portanto, através dos jornais, as forças políticas dos grupos que compõem a sociedade (CALONGA, 2012, p. 82).

## **PATRIMÔNIOS PARTICULARES EM CENA**

[...]l.º - Ilha de Marajó, em um dos pontos compreendidos desde a foz do rio Paracuúba até á do rio Peria ou defronte, na foz do rio de Oeiras (Araticú). Estes pontos [...] além de se prestarem á creação de gados todas as terras e as muitas ilhas fronteiras são aptas para toda a espécie de plantações, e mui abundantes de madeiras de construcção. Poucos são ainda os habitantes que por aqui se achaõ e por consequencia pequena é a cultura que tem soffrido os terrenos. Não me foi possivel obter informações exactas a respeito de um lugar designado para preferil-o a outro, e por isso a escolha de um para Colonia dependerá ainda de novos esclarecimentos a respeito (*Treze de Maio* N° 259, 29 de Novembro de 1853).

Esta descrição foi feita pelo Dr. Marcos Pereira de Sales, major do corpo de engenheiros em 1853, em vista da ida do vapor Marajó em sua viagem inaugural da capital da província até a cidade da Barra no Amazonas. Tal roteiro da viagem foi exposto por vários dias nas edições do *Treze de Maio* e causou grande alvoroço. Em dados momentos o narrador descreve a flora da região, compartilhando com os leitores os produtos agrícolas ali produzidos, assim como os agentes que movem a economia da região. O redator da notícia

assinala que como o Marajó é uma região pouco habitada em 1853, a produção agrícola também é pouco significativa.

As terras próximas aos rios Tagipuru e Pucuruhi, segundo Marcos Pereira Sales, são aptas para a plantação de “tabaco, feijão, mandioca, &c”. Estando próximas as ilhas de “Gurupá e Gurupázinho” são estas “fertilíssimas, mormente de borracha, e abundantes de caça”. A ilha de Gurupá “cortada por muitos rios e riachos” é abundante em goma elástica, e só no rio Jary, “que lhe fica fronteiro, e para o qual nesta safra affluirão mais de 6.000 almas, produzio perto de 30.000 arrobas de borracha, estimada em mais de 400 contos de réis pelo seu preço no mercado” (Treze de Maio, n. 259, 29 de novembro de 1853).

Muitas outras referências e descrições a lugares foram evidenciados nas páginas do periódico. Engenhos, fazendas e casas comuns, cidades, vilas ou freguesias eram encontrados com certa frequência e nos permitem entender sobre a construção arquitetônica, a localização geográfica e os modos de viver nas comunidades marajoaras nos idos de 1840 e 1860.

Em 27 de maio de 1840, “Fernando Jozé as Silva”, comendador e cônsul da província do Pará, administrou o leilão dos bens deixados por Antonio Fernandes Alves de Carvalho para seus filhos que se encontram em Portugal. Entre a lista de casas e terras, vê-se uma propriedade em Marajó: “o Engenho Itaquan [...] avaliado em tres contos de reis” (*Treze de Maio* N° 5, 27 de maio de 1840).

O padre José Maciel Garcia, em 1840, dizia-se autorizado para vender “duas legoas de frente de campina que tem uma de fundo, no Rio Tamacahi, braço do Rio Atua em Marajó, e conjuntamente vende húa sorte de terras denominada Muxuris com meia legoa de frente e uma de fundo” (*Treze de Maio* N° 52, 18 de novembro de 1840). Propriedade que já havia sido anunciada, mas talvez pelo insucesso da venda, reaparecia um mês depois nos números 64 e 65 do matutino.

Em 1843 é posta à venda “huma propriedade de Cazas” “situadas na Villa de Melgaço”. Quem anuncia ao público é Manoel Bertholdo dos Réis Aguir. As casas são descritas:

[...] cobertas de telhas, de sete a oito braças de frente, e trinta de fundo, bem repartidas e com outra igual porção de chaõs contíguos as mesmas cazas, com os mesmos fundos, e fazem canto e frente com a principal Travessa daquela Villa, que segue para o centro da Ilha, as ditas cazas estão em estado ruinôzo por

estarem sem domno desde Janeiro de 1824. (*Treze de Maio* N° 322, 28 de junho de 1843)

Ainda no mesmo anúncio Manoel Bertholdo refere-se a “huma uma situação com mais de meia legua de frente” no rio Macacos – distrito da vila de Melgaço – em “um dos melhores locais d’aquelle rio, com muitas capoeiras e muitas arvores fructiferas”. O local ainda possui uma casa de moradia e um conhecido engenho (que este não denomina), como descreve com a “madeirama em pé” que estão entregues aos “auzentes”. A compra é realizada em Belém a quem se interessar (*Treze de Maio* N° 322, 28 de junho de 1843). Sobre esta propriedade anunciada por Manoel Bertholdo convém perceber alguns detalhes. O rio dos macacos mencionado, nos dizem Salles (1971, p. 206) e Sarraf-Pacheco (2010, p. 57) referindo-se ambos aos escritos de Baena (1969, p. 271), atesta a existência dos quilombos no Marajó:

Outro mais considerável no rio Anajás, composto de escravos, soldados desertores e foragidos. E quatro que estão no rio dos Macacos, um deles nas terras de André Correa Picanço, e outro nas de José Furtado de Mendonça, juiz ordinário da Vila de Chaves, os quais todos estão combinados com os supra-referidos (*loc. cit.*)

Para que a venda dos patrimônios privados alcançasse compra rápida, os lugares onde estavam localizados eram descritos em tom idílico por seus anunciantes. O sítio Acarapí ou Caripí, por exemplo, ganhou a seguinte descrição: “Contendo uma legoa de terras de frente para a ponte da bahia do Marajó e mais de meia legoa de fundos” o “mui lindo e bem conhecido” sítio tinha terras muito apropriadas “para toda qualidade de produção, principalmente para a canna” (que houverão ali famosos canaviais há 20 anos), “arros, mandioca, Algodão e Urucú & sendo igualmente mui propria para Olaria (como em outro tempo já teve) em consequencia de ter barro de excellente qualidade”. Somando-se a isso, o fato de o sítio possuir uma extensa praia de areia branca que “para banhos não haja outro igual lugar na Provincia”, completava o vendedor ou seu anunciante.

A riqueza da fauna e flora também é enormemente descrita, como a abundância de peixes (como pescadas e camorins), árvores frutíferas, para a construção naval e obras de marcenaria. A casa “edificada á moderna com boas salas d’estuque; contudo tambem fornos de ferro e cobre, ralo de ralar mandioca e todos os utensílios próprios para fabrica de farinha, varias canoas montarias, e roças de mandioca, maniva quazi madura”. Se o leitor do *Treze de Maio* ficasse interessado em conhecer e adquirir, poderia se encaminhar à Rua do Açougue, n. 04 (em Belém) e falar com o proprietário. Todas as terras eram legalizadas (*Treze de Maio*, n° 316, 12 de Julho de 1843).

A ilha denominada Capim, no rio Marajó-assu também é descrita com o objetivo de venda. Em frente à fazenda do “finado Dr. Mallato” é navegável em duas marés. Com casa de vivenda coberta de telha, o local é descrito como “excellente para pastos, e lavouras”, com “grande seringal” “he mui farta de cassa e de peixe”. O interessado deveria tratar com Manoel Toscano de Vasconcellos (*Treze de Maio*, nº 513, 7 de Junho de 1845).

Igualmente foi posta à venda a Fazenda Araticú, próxima ao rio Guaiapy, em Cachoeira, terra “muito farta de caça e de peixe”, possui cafezal, três casas de telha (com vivenda, cozinha e casa de forno para fabricação de farinha), “tem cacual” e “excellentes campos para criar gado” (*Treze de Maio* Nº 530, 13 de Agosto de 1845). A fartura de espécies animais e vegetais, o vasto uso da terra para os mais variados tipos de cultura e a utilização da beleza local são bastante utilizados nas argumentações dos seus vendedores, possivelmente grandes latifundiários de terras nos dois lados do arquipélago de Marajó, Marajó dos Campos e Marajó das Florestas. Ainda que obviamente haja por parte desses personagens uma idealização do ambiente marajoara – a fim de facilitar a compra – a nós é difícil avaliar as condições dos patrimônios particulares.

## OFÍCIOS E ODES À REGÊNCIA

O *Treze de Maio* sempre trouxe consigo também seu caráter oficioso, ou seja, de trazer notícias de cunho oficial, político. Decisões do governo provincial, ofícios e editais das câmaras e policias municipais assim como decisões de leis a serem aplicadas no estado estiveram bem presentes durante todo o período da pesquisa. As cidades marajoaras, juntamente com suas vilas e freguesias traziam suas decisões ao periódico da mesma forma que utilizavam esse meio como comunicação entre um município e outro.

O jornal tinha como “editorias” as seções “Pará – Parte oficial”, “Rio de Janeiro – Parte oficial”, “Assembleia Legislativa Provincial: Tesouraria de Fazenda”, [...] “Expediente do Governo”, “Avisos”, “Preços correntes dos principais gêneros de importação e exportação”, “Editais”, “Notícias”, “Variedades”, “Publicações a Pedido”, “Repartição de polícia” e “Ao público”. [...] As tipologias das notícias mais frequentes encontradas no jornal foram em relação à política e a publicações de leis, o que se justifica pelo caráter oficioso do periódico (BRÍGIDA; SEIXAS; SILVA, 2013, p. 7).

Nesse aspecto, percebeu-se muitos aspectos da administração pública das cidades marajoaras no jornal analisado. Alguns desses aspectos serão melhor distribuídos através de uma sistematização básica desses fichamentos a fim de que não sobrecarregue o leitor com a



quantidade de registros, levando em conta aspectos que envolvam maior relevância ao objeto proposto na pesquisa.

As ações da administração pública marajoara ocorreriam em diversas áreas conforme os anos analisados. Da criação de cadeiras de ensino primário em N. S. da Luz de Portel<sup>6</sup> (*Treze de Maio* N° 29, 29 de agosto de 1840), a editais para admissão de funcionários a Província (*Treze de Maio* N° 68, 13 de janeiro de 1841), publicações de leis concernentes a extração do látex em Gurupá (*Treze de Maio* N° 283, 24 de Janeiro de 1854)<sup>7</sup>, notificações a respeito da criação de agências dos correios em Cachoeira (*Treze de Maio* N°360, 11 de novembro de 1843) e um recenseamento em Muaná<sup>8</sup> são exemplos bastante significativos da importância e uso do periódico a favor do governo e sua administração no estado, em especial no arquipélago do Marajó.

O ofício ao Chefe de Polícia notifica o assassinato do Capitão Comandante da Companhia de Trabalhadores da Vila de Muaná e 1° Suplente do Subdelegado Joaquim Antonio da Faria Maciel com um tiro, sem que o assassino fosse capturado, assim como o comandante militar de Santarém, também assassinado, mas por uma mulher. O 4° Batalhão de Caçadores age de modo a “proceder com toda actividade e energia ao Processo de semelhantes crimes providenciando por todos os meios possíveis para que seja preso o assassino do Capitão que se evadiu” assim como para “activar a Policia e conseguir-se que cessem os assassinatos perseguindo-se energicamente os criminosos e velando-se incessantemente sobre os vadios mal procedidos e desordeiros que são ordinariamente os instrumentos de semelhantes crimes” (*Treze de Maio* N°350, 04 de outubro de 1843).

Dias depois apresenta-se novamente o caso. José Thomás Henriques, presidente da

---

<sup>6</sup> Ficam criadas mais duas cadeiras de primeiras letras: uma na Freguezia de S. José do Rio Acrá; outra na Freguezia de N. S. da Luz de Portel. O Sr. Diniz acha útil a criação de Escolas por toda a parte, mas que atenção da nossa situação deve-se estabelecer primeiramente em populações maiores. [...] O Sr. Miranda he de parecer que o projecto volte a comissão de Instrução Pública para dar seu parecer. [...] O Sr. Castro pede que retire a sua emenda para mudar a palavra – Villa – para Freguezia; porque persuadindo-se de que a povoação era Município, assim a redigio a sua emenda: he concedido e faz a alteração. Posto a votação tal qual se acha o antigo foi rejeitado. Posta a votos a emenda do Sr. Castro he aprovada.”

<sup>7</sup> Posturas especiaes para o Município de Gurupá: Artigo 1.º He prohibido a toda e qualquer pessoa que se dedicar ao fabrico da gomma elástica, o uso, para extracção do leite do methodo chamado— arrox — seja elle de qualquer fôrma feito. O infractor incorrerá na multa de mil réis ou dois dias de prisão, por cada uma arvore de seringa que for encontrada arroxada em sua estrada. Sendo porem, licito usar, para a dita extracção do methodo usual de tigelinhas.

Artigo 2.º Todo aquelle que queimar ciscos, serrado, e perís junto das seringueiras, ou outra qualquer cousa, que possa incendiá-las ou que por outra qualquer fôrma destruir taes arvores será multado em vinte mil réis, ou oito dias de prisão.

<sup>8</sup> Para o mapeamento da jurisdição do Chefe de Polícia interino da Província. *Treze de Maio* N° 385, 10 de fevereiro de 1844.

província do Pará, assinando o comunicado oficial com a chancela do “Palácio do Governo do Pará” mostra suas desconfianças com respeito ao subdelegado de Muaná, Francisco Pereira de Souza Lima. “Portando-se com a maior indiferença acerca de tal crime” e “sem proceder ao devido processo, e sem fazer diligencia pela prizaõ do assassino, ou ao menos por descobri-lo”, é dito que a comunica “o suspeita de ter parte em dito assassinado dada a inimidade entre elle e o falecido, como se tem informado ao Governo”. Não devendo ele (José Thomás Henriques) permitir em cargos de polícia empregados indiferentes aos crimes, e à segurança pública, assim como aqueles que não são temidos pelos turbulentos e criminosos,

Ha por bem o Presidente da Provincia dimittir do cargo de Subdelegado o dito Francisco Pereira de Souza Lima, e ordenar que elle seja responsabilizado por falta de cumprimento de seus deveres, deixando de proceder a summario pelo sobredito assassinio, e de procurar prender o criminoso: devendo por tanto o Sr. Dr. Chefe de Policia fazer dar exacto cumprimento a presente Portaria dando direcção ao processo do Subdelegado dimittido, fazendo proceder a todas as diligencias para descobrir-se o assassino, bem como propondo Cidadãos com os requisitos necessários para deles ser nomeado o Subdelegado de Muaná (*Treze de Maio* N° 357, 28 de outubro de 1843).

Outra problemática importante evidenciada no *Treze de Maio* nos diz respeito a pecuária da região marajoara. A produção de gado *vacum* e as chamadas carnes verdes<sup>9</sup> derivadas do Marajó assim como o fornecimento junto a capital emergem cotidianamente no impresso. No dizer de Vicente Salles (1971, p. 128):

Marajó, em meados do século passado, sofria inúmeras vicissitudes. Os fazendeiros, desesperados pela perspectiva de uma ruína certa, dirigiam-se com seus escravos e fâmulos para os seringais vizinhos. Abandonavam as fazendas porque o produto delas não cobria menos de um terço da enorme despesa que se fazia. Relata um morador do município de Cachoeira, em carta publicada no *Treze de Maio*, a respeito dos fazendeiros que não queriam mais criar gado, por ser o preço muito baixo e pelas vantagens obtidas por êles em pouco tempo no fabrico da borracha. Argumentava dizendo que ainda achava a cotação da borracha, para 12\$000, ainda assim apresentava um lucro dez vezes maior do que a criação de gado – e para aquêles que trabalham nos seringais com seus escravos, estes lucros duplicam, indicava o missivista, e não há razões por fortes que sejam que os desvie de irem para a nova Califórnia<sup>10</sup>...

Em meados do século XIX, as pestes assolavam o gado cavalari na “Ilha Grande de Joanes”. Era preciso alcançar a cura para tal mal e para a doença de “quebra-bunda” que assolava o gado em Melgaço (*Treze de Maio* N° 48, 04 de novembro de 1840). A esses fatores somavam-se as grandes levadas de gado que eram levadas à capital a fim de suprir a

<sup>9</sup> Nomenclatura da época para designar as carnes abatidas diariamente para consumo, ou seja, carne fresca.

<sup>10</sup> Refere-se a corrida do ouro americana. Também um conto de Lima Barreto (1881 – 1922).

demanda local, deixando a produção enfraquecida e com pouco retorno financeiro. As fazendas descritas como dedicadas à pecuária estavam situadas em sua maioria na região denominada de Marajó dos Campos, na parte mais oriental do arquipélago. As fazendas de gado descritas no *Treze de Maio* situavam-se, especialmente, nos municípios de Soure, Cachoeira e Santa Cruz do Arari, Monsarás, Ponta de Pedras e Salvaterra.

O manejo da carne também era uma preocupação do governo da província. Em 1848, Jerônimo Francisco Coelho dirigia ao inspetor da tesouraria da fazenda um ofício tratando sobre esta questão. Foram designados às fazendas marajoaras quatro soldados naturais da província do Rio Grande do Sul a fim de realizarem um ensaio de charqueamento de gado, naquilo que Jerônimo chama de maneira do sul. O objetivo era que, se bem-sucedido, mais uma forma de utilização da carne bovina fosse praticada na região, introduzindo na indústria. Com a tal instrução por parte dos sulistas, os vaqueiros marajoaras eram denominados desde aquele momento aprendizes para tal atividade ser realizada posteriormente (*Treze de Maio* Nº 829, 26 de Agosto de 1848).

A partir de 1853 as discussões a respeito da produção pecuária na região tomaram conta das páginas do periódico analisado. Cartas vindas de municípios como Melgaço traziam o parecer dos fornecedores desses produtos à capital com respeito as dificuldades e problemas ocorrentes no Marajó. A fala que circulava por Belém de que se acabava o gado no arquipélago era desmentida, porém outras situações iguais ou mais sérias que estas eram evidenciadas pelo jornal.

Um “carta anônima” endereçada de Melgaço realizavam denúncias com respeito a falta de policiais na região tornando “menos possível (...) criar gado com tanto latrocínio que por aqui ha” assim como a irregularidade das embarcações que transportam o gado, estas que se dão “pela péssima conducta das equipagens das mesmas, que com continua embriaguez demoraõ as viagens, que certas da impunidade por mal entendida proteção, fazem tudo quanto lhes apraz, até o deixarem acintemente morrer o gado que conduzem”, sendo isso motivo da falta de carnes verdes sentidas na capital. Pedem assim um olhar mais atento do governo na localidade, do mesmo modo que a ação da polícia rural. O furto de gado era tão comum que o próprio autor manifesta que uma espécie de anarquia sobrevinha à cidade. A peste da “quebra-bunda” que assolava os animais trazia uma divergência entre a população (matar ou não matar o animal doente?). A carta relata um evento interessante no momento em que decidem por abater uma égua com a doença. O autor descreve da seguinte forma:

He que como a tolice de mandar matar os pobres animes de quebrabunda, e que mal fazem elles? E de mais a mais ainda querem que os enterre, era o que faltava: eu nunca matarei os animaes de quebrabunda porque não quero que me succeda como a B... quando mandou matar huma egoa que tinha o mal, pois na occasião de a sangrarem, ouvio se no céu um estrondo muito grande, que durou muito tempo, e depois vio-se huma grande luzerna, e os que matarão a egoa ficarão assombrados (*Treze de Maio* N° 254, 17 de Novembro de 1853).

As razões pelas quais tais fenômenos acontecessem eram apontadas pelo autor justamente por haver um regulamento que não autorizava tal atitude junto aos animais, pois “naquelle tempo em que taõ horrido morticínio feito aos milhares [...] não appareciã phenomenos desaprovadores, (bem merecia have-los entã) aparecem hoje porque huma medida salutar, sabiamente aconselhada, e legalmente autorisada, determina que se mate o animal que se reconhecer ter a peste quebrabunda, e isto que apenas he fazer hum insignificante mal aparente para produzir hum beneficio real”.

A questão do roubo de gado e até mesmo da exportação ilegal desses produtos era uma preocupação do governo. Em Chaves, o delegado de polícia da região solicita maior vigilância por parte do governo em detrimento do gado levado a Caiena clandestinamente por contrabandistas (*Treze de Maio* N° 304, 14 de Março de 1854). A Polícia Rural, instituição criada no séc. XIX, visava combater entre outros crimes, o roubo do gado. Jornais como o *Treze de Maio* demonstravam os esforços de fazendeiros por criar essa instituição vigilante na região, que assim responsabilizava os poderes locais pela inoperância em dotar o município de serviços de segurança pública (SARRAF-PACHECO, 2010, p. 67-68).

As dificuldades em crescer economicamente através da pecuária, as doenças, os roubos, a posterior baixa nos preços da carne bovina abriu espaço para que anos mais tarde, conforme nos fala Vicente Salles, a extração da seringa fosse almejada por esses proprietários. Fazendas de gado passaram a ser anunciadas com certa frequência com título de venda, como em 1854 e 1855 ficou evidente (*Treze de Maio* N° 324, 29 de Abril de 1854, N° 367, 8 de Agosto de 1854, N° 435, 13 de Janeiro de 1855). Sobre esta mudança econômica que paulatinamente foi se consolidando na região nota-se que:

Em meados do século XIX, depois que cessaram os temores e tremores da cabanagem, alguns fazendeiros, procurando livrar-se dos problemas que atingiram a vida nos pastos (enchentes, secas, doenças, roubos, queda do preço da carne), migraram com seus braços de trabalho para prósperas regiões de verdejantes seringais no coração da região, especialmente em sua parte florestal (SALLES, 1971).

## O “CHÓLERA” – A MORTE EM TERRAS MARAJOARAS

O ano de 1855 foi demais conturbado no arquipélago marajoara. Como se não bastasse a luta para o desenvolvimento e a retomada um pouco enfraquecida da pecuária na região, eis que outra vez homens, mulheres, jovens e crianças precisaram enfrentar uma doença grave: o cólera. Neste ano, o surto da doença alcançou o Grão-Pará e consequentemente o Marajó, conforme argumenta Jane Beltrão (2002). Os periódicos da época, sobretudo o *Treze de Maio* e o *Diario do Gram-Pará*, cumpriram um importante papel na informação da população a respeito da doença, dando inclusive o ensino de métodos preventivos e medicamentosos à população de modo seletivo, isto é, de acordo com a classe social pertencente. Como diz o articulista:

Indiquemos agora, principalmente para os pobres, um meio muitissimo gabado na Allemanha contra os primeiros accidentes cholericos: o alcool camphorado ou espirito camphorado. O alcool camphorado toma agora o nome de espirito de camphora nas reclamações e anuncios dos Jornaes politicos, o que dá-lhe a apparencia de remedio novo, pelo que certas lojas esperam attrahir os fregueses (*Treze de Maio* Nº 497/498, 5 de junho de 1855).

Uma das primeiras notícias a respeito da epidemia do cólera na região marajoara se dá em 11 de agosto de 1855. O texto longo narra os eventos que ocorreram na vila de Chaves. O título *O homem propõe e Deus dispõe* descreve de modo bastante assustador a situação ali em ocorrência. Deixando-se levar totalmente pelo emocional e de certa forma dando embelezamentos literários a sua escrita, o narrador informa, com o objetivo de atemorizar ainda mais os leitores, que também estão, provavelmente, vivenciando semelhante situação.

A carta, datada do dia 28 de julho, narra os eventos de paz que se seguiam antes da epidemia alcançar a região. “Haviam-se preparado” as pessoas “de todas as classes para gozarem das festas, que, seis mezes antes, haviaõ destinado fazer, pelo tempo de S. João, os da classe mais abastada em obzequio ao seo digno chefe e amigo, como signal de agradecimento por have-los escolhido officiaes do Batalhão do seu Commando”.

As festas, que destinavam a serem feitas na Igreja Matriz “com todo o brilhantismo possível” programavam “festejos”, “procissões e bailes”. Porém ao início de junho “pricipiou a correr a noticia da epidemia que grassava na Capital; entretanto como o povo de Chaves tinha fé, que ficaria illezo, como aconteceu com a febre amarella, esperava o dia vinte com anciedade”. Na vila “existião mais de oitocentas almas, e a cada hora se dirigiaõ

ao porto canoas, vindas de todos os angulos do districto”. Ao raiar do dia vinte tudo ainda parecia bem, “mas pouco depois de ter o sol declinado começaraõ-se á ouvir gritos de dôr! durante a noite, de todos os lados chegavaõ noticias de novos accommettidos; a moléstia não era conhecida ainda para serem soccorridos, com medicamentos, os enfermos; cada um, que, se julgava com mais coragem, applicava o que lhe parecia mais proficuo”, na mesma noite já dois haviam morrido.

Que as festividades em Chaves eram grandes e famosas nas páginas do *Treze de Maio* já o consideramos, porém, ao passar dos dias vê-se descrito um cenário de horror no local causado pela tão terrível epidemia. Da meia noite do dia 22 começou o “desenvolvimento terrível do cholera, atirando uma parte da população da Villa nas portas da morte”. “Alguns cidadãos caridosos e preçurosos acudiaõ por toda a parte com aquelles soccorros, que o momento permitia”. Tendo em vista as comemorações de santos da vila (Santo Padroeiro, São Sebastião, São João dos Índios) “o povo devoto corria á Igreja para as novenas [...] mas á noite, no acto do novenario, sempre se chorava ao ver cahir uma ou duas pessoas, que da Igreja sahiaõ Carregadas; ao recolher das procissões era já commum cahir alguém em sua casa e as vezes morrer em poucas horas”. O narrador chega a dizer que ninguém se julgava habilitado para dizer ao seu amigo até logo, “por que da saúde se passava para a enfermidade mais terrível”.

“Nestes dias a mortalidade subio ao n.º de 12, 16 e 17” e o terror “apoderou-se dos corações mais fortes, pois cada um tinha perdido o amigo íntimo, o irmão, o pai, a mulher, o marido, o filho, o criado, o escravo”. As pessoas só pensavam em fugir e as notícias chegavam assinalando que os que tentavam fugir morriam pelo caminho das praias, encontrados “mutilados pelos corvos, outros atirados das canoas encostadas as praias; outros, emfim, trazidos ao Cemiterio” eram deixados sem serem enterrados. Sendo assim, o autor prosseguiu seu discurso, onde de certo modo não havia mais tantas diferenças entre eles, já que estavam sob um mesmo jugo. Contratando seis adolescentes (não se tratavam de escravos) prometeram- lhes “um pezo em prata por dia, ração e bebida, para enterrarem os mortos”.

Depois do dia 27 todo este quadro afflictivo começou a desvanecer-se, por que a Villa tornou-se deserta; propagou-se o mal por diferentes partes, ceifando a população com mais furia, pois que os accommettidos não tinhaõ pela maior parte nem a mais pequena porção de medicamentos; quarteirões houveraõ que contarão mais de 60 mortos, como succedeo no lugar Reboldelo, que outr’ora fora uma Villa, tornando-se agora um Cemiterio !! – Permitta o Céu, que DEOS, satisfeito, suspendesse este castigo, que ao presente o mal já não he tão acerbo, e poucos

casos aparece que produzam a morte, cedendo á qualquer chá, ou remédio já conhecido, como anticholérico.

Chaves chora duzentas vidas pouco mais ou menos, e entre algumas dignas de eterna saudade!!! (*Treze de Maio* Nº 527, 11 de Agosto de 1855).

Houve lugares com mais sorte, como a freguesia de Monforte, a qual José Francisco Nunes afirma terem todos sido salvos do cólera. Este cirurgião-mor atuou em diversas áreas da região e com esforços incansáveis pôde salvar muitas vidas, como o *Treze de Maio* mesmo registra na edição da tragédia em Chaves. Sua ação se espalhou por Monforte, Salvaterra, Jubi, Joanes e Soure, lugares em que cuidou e remediou a vida de mais 450 pessoas, entre menores, adultos, índios, escravos, onde todos foram salvos através da sangria.

A partir do final de agosto a epidemia foi diminuindo consideravelmente nestas regiões sobretudo através das ações medicamentosas por parte do governo, que passou a enviar remédios a diversas regiões do estado como observa-se nas linhas do matutino.

Dito.- Ao Cirurgião-Mór reformado Francisco José Nunes, remetendo-lhe um bahú com medicamentos para os enfermos da dita epidemia reinante na Freguesia de Monsarás. Igual ao Subdelegado de Policia de Soure, para os enfermos d'aquella Freguesia; e em igual sentido ao da Freguesia de S. Miguel do Rio Guamá, e ao da de S. Domingos da Boa-vista.

Dia 20. Carta ao Administrador da Fazenda Nacional Arary em Marajó enviando-lhe os medicamentos próprios para a cura dos escravos que fossem atacado, da epidemia reinante.

Dita—Ao Administrador da Fazenda Nacional — S. Lourenço - em Marajó remetendo-lhe um bahú com medicamentos e um garrafaõ com caxaça para serem applicados aos escravos da Fazenda e pessoas indigentes acommettidas da epidemia. (*Treze de Maio* Nº 541, 11 de Setembro de 1855)

## ESCRAVOS EM FUGA – PESSOAS COMO PATRIMÔNIO

A temática das fugas e buscas de escravos fugitivos mostrou-se frequente no *Treze de Maio*, sobretudo pelo fato de o impresso defender discursos da ordem a favor do Império. De um modo geral, os escravos eram mencionados no periódico por ocasião de suas fugas, sendo assim retratados em forma de anúncio para o público em geral, por ordem de seus senhores a fim de serem recuperados e devolvidos aos seus proprietários. Como propriedade, essas pessoas tinham o valor de um bem material assim como qualquer outro. Passíveis de venda, troca ou até passados a outros por herança, os escravos negros eram tratados como bem patrimonial familiar e tradicional, a majoritária visão da época.

A noção de patrimônio designava, no direito romano, o conjunto de bens reunidos

pela sucessão: bens que descendem, segundo as leis, dos pais e mães aos seus filhos ou bens de família, assim definidos em oposição aos bens adquiridos. (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013, p. 73)

Antes, no entanto, de considerarmos esses registros, convém pensarmos sobre a dinâmica pelas quais esses sujeitos agiam e de que formas o arquipélago marajoara protagoniza esta relação. Vicente Salles, em *O Negro no Pará* (1971) expõe análises bastante relevantes acerca do assunto. Nas suas pesquisas e conclusões, observa-se a importância do arquipélago para ação de fuga e sobrevivência desses homens e mulheres escravizados. Essas dinâmicas se davam basicamente de três formas: 1) as ilhas marajoaras serviam como refúgio de escravos vindos da capital (o que será abordado neste trabalho); 2) as ilhas serviam como ponte de acesso entre os escravos do “continente”, interligando-os às Guianas; e 3) as ilhas eram espaços de fugas para escravos da região, os quais se deslocavam as regiões mais ocidentais do estado, rumo “as florestas mais densas”.

Sobre esta dinâmica, Salles (1971) deixa perceber que o negro era sujeito de sua própria história e por isso não aceitou passivamente a escravidão. Com o tempo “aprendeu a se organizar” e fez estremecer o projeto de exploração de sua força de trabalho. Chegou o momento em que a fuga não era mais uma aventura com resultados indefinidos”, estes deslocamentos eram pensados e estrategicamente definidos para o máximo sucesso na empreitada.

Neste aspecto, uma breve análise de *anunciologia* como proposta por Gilberto Freyre<sup>11</sup> faz-se importante. No período de vinte e dois anos, os quais esta pesquisa conseguiu se debruçar, a investigação se deparou com variados registros de anúncios das muitas fugas nas páginas do periódico *Treze de Maio*. Essas notícias, afirma Sarraf-Pacheco (2010) nos ajudam “a situar os Marajós nessas rotas de homens em busca da liberdade e nos raios de perseguições”. Em 1840, o jornal publica que “Hum caffuz por nome Vicente [ferreiro] tem na cara uma sicatriz julgo ser da parte esquerda, auzentou-se do Engenho do Itaquan no rio Arary da falecida D. Maria Joanna de Serqueira Lisboa, dizem que está na Ilha de Joannes, induzido por um mamaluco do Muaná por nome João Antonio ou João Baptista, da-se a quem o apresentar (á Loureiro) a quantia de 50\$ rs” (*Treze de Maio* N° 5, 27 de maio de 1840).

As descrições de tais escravos deveriam procurar ser ao máximo fiéis para que fossem o quanto antes identificados. Interessante é perceber que normalmente tais anúncios só eram feitos quanto havia uma certa noção da localização do escravo fugido, seja por

<sup>11</sup> “Ciência” criada por Gilberto Freyre referente aos estudos dos anúncios jornalísticos de negros e sua interpretação.



identificação do próprio negro ou até por haver boatos que indicassem determinada região como refúgio.

Em 1843 é Estanisláo José Monteiro de Andrade quem anuncia a fuga de três escravos seus. A fuga, que segundo se registra aconteceu há nove anos antes é descrita por ele depois de novas notícias a respeito desses escravos. Um deles, Balbino ou Joaquim crioulo, conforme muda frequentemente, é descrito fisicamente e psicologicamente como que de mais ou menos 20 anos, “estatura regular”, com uma marca de cruz em um dos peitos “que trouce d’Africa” “muito ladino e falante”. José Fragata, “grosso de corpo” e “estatua alta” “tem um sinal de meia lua na testa e do lado vários riscos” e um “S” “bordado” na barriga (sinal de nação). E Manoel, de estatura regular, 35 anos, com uma cicatriz de ferida próximo ao tornozelo e “signaes de castigos que levou em tempo de outros senhores” nas nádegas. Havia a suspeita que os três andavam em Marajó nas fazendas Coruçara. “Protesta-se desde já contra quem os acoutar, por perdas e danos, e a pessoa que os apresentar nesta Cidade a seu Sr. Receberá cincoenta mil réis de alviçaras por cada hum” (*Treze de Maio* N° 301, 15 de abril de 1843).

Em 20 maio de 1843, era Julião, um escravo espigado e magro, com sinal na testa e “nhum dos braços faldos, dentes pontados”, procurado por seu senhor, José Fernandes d’Almeida, da vila de Macapá descoberto em Muaná. Da mesma forma, no dia 19 de julho de 1843 (e publicado no n° 338 de 23 de agosto de 1843), foi anunciado que Anacleto ou Julião, pertencente a Manoel Antonio Coelho Roza do sítio Anamarú, em Muaná, haviam fugido. De idade de 16 a 18 anos o moleque de pouco corpo levou vestido “uma calça de pano d’algodaõ grosso, velha, e uma camisa do mesmo pano, e um barrete velho de marujo”. Em ambos os casos, protesta-se contra couto e promete “alviçaras”.

Em 1844, publicava-se a fuga de João – fugido desde agosto de 1835 – descrito apenas fisicamente. Da nação “Mossambique”, de cor fula e 45 anos de idade, tinha no rosto barba serrada e era “quebrado de uma verilha”. Outro escravo anunciado juntamente com ele era fugido desde 23 de outubro de 1837, também se chamava João, de nação Benguela. Era caracterizado como “preto retinto”, de vinte e sete anos, “boa figura, estatura baixa e cheio de corpo”. Apelidado de João Piranga pelo cabelo vermelho nas pontas, tinha uma cicatriz em cima de um dos pés. Do primeiro João nada se sabia. Do segundo, sabia-se que tinha vagado por Oeiras, Melgaço, Portel, rio Guamá, Capim e Acará (*Treze de Maio* N° 425, 03 de Julho 1844).

Já o escravo Potenciano Belchior, fugido é escrito como habilidoso ferreiro. Em

fuga, nega o nome e diz que é forro aos que perguntam. Neste anúncio, mencionam sua mãe, a crioula escrava Anna Joaquina, residente em Monsarás, tendo assim a possível desconfiança de ter ido a procurá-la. A quem o capturar promete-se boas “alviçaras” e protesta-se o couto (*Treze de Maio* N°430, 20 de Julho de 1844). O uso da mentira como forma de proteção individual também é observado no escravo de Thomás Tavares Basto Francisco, que tendo fugido costuma dizer que foi soldado, e que deu baixa. Para a constatação da identidade do escravo seu senhor menciona os sinais no fundo das costas de ter sido surrado (*Treze de Maio* N° 476, 25 de Janeiro de 1845).

A fuga de escravos de vilas do Marajó para outros locais foi bem menos relatada, porém não deixaram de ser existentes. Em 1848, publica-se a fuga de um casal de escravos (Ignacio e Anna Joaquina) e cinco crianças (Francisca Micaella, Antonio, José Joaquim, uma de um ano e cinco meses e outra de dois meses não batizadas) sendo acompanhados por um índio de nome Marcellino José Martins, ainda no ano de 1845 (*Treze de Maio* N° 822/814, 02 de Agosto de 1848). Assim, evidencia-se havia certa demora para que tais escravos fossem encontrados e levados de volta aos seus senhores. Esses problemas se davam majoritariamente por dois motivos: os mocambos e os “acoutadores”, homens que incentivavam e facilitavam as fugas de escravos para determinadas regiões com diferentes finalidades. Ao primeiro, uma edição de 1851 do *Correio dos Pobres* traz um artigo sobre a ação dos quilombos da região.

É sabido que existem na província quilombos consideráveis, em que vivem acoutados não comente escravos fugidos, mas também desertores, criminosos, malfeitores de todo o gênero. Segundo as informações que tenho colhido, o número de escravos que neles existem é superior a 2 mil. Fazendeiros possuidores de escravos têm-se comunicado o estado anormal, em que a existência conhecida de tais quilombos os têm colocado, impossibilitando a disciplina, pelo fundado receio da fuga, e acoutamento certo nesses lugares, onde os fugitivos encontram segurança contra qualquer tentativa de apreensão... (*Correio dos Pobres*, Belém, 25 de julho de 1851 apud BEZERRA NETO, 2000, p. 94-95).

O historiador Vicente Sales (1971) informa sobre a ação dos acoutadores e a visão deles com relação aos proprietários de escravos. Surgindo com o processo de estruturação das fugas por parte dos escravos, sustentando assim refúgio com mais segurança e garantindo um maior sucesso à ação de fuga. No sagrado direito à posse, aos proprietários de escravos eram eles inimigos número um. O acoutador normalmente tinha ligação com outros negros de localidades mais periféricas, porém há registros de brancos também envolvidos nesta prática. No caso de brancos acoutadores há relatos de que se tratavam de aproveitadores de negros, que os seduziam, ao invés de garantirem seu abrigo e futura

liberdade, impondo a eles ainda mais o jugo da escravidão (BEZERRA NETO, 2000).

O Engenho de S. Marçal do rio Arary, em Marajó andava em desgraça com a fuga de três dos seus escravos. Francisco, da nação caçanje, aparentando 65 anos; Simão, crioulo, reforçado, de cara redonda e falante; e Boaventura, crioulo assim como Simão, alto, magro, um pouco acafuzado e com dedos grandes dos pés metidos para dentro. Simão e Boaventura tinham mais ou menos vinte e cinco anos, com pouca barba. Eram os três muito conhecidos, tanto em Marajó como na capital, sendo por eles assim oferecido bom prêmio pela captura ou notícia verídica de onde se encontrassem (*Treze de Maio* N°318/319, 20 de Abril de 1854).

Outro fugido era Bernardo, preto crioulo, oficial de carpinteiro, que tinha o dente da frente quebrado e a fala fina, baixa e nasal. Descrevia-se que seu andar era como o do porco, por muito olhar o terreno em que pisa. Sua primeira fuga foi ainda em 1852 onde abrigado vivia como forro em Barcarena com o nome de Izidoro da Trindade. Ao ser descoberto mudou-se para o Marajó, em Muaná, onde um pouco depois foi preso novamente. Diziam que Izidoro da Trindade era muito mentiroso, e tinha o costume de jurar por Deus e pelos santos. Seu senhor protestava contra o couro e gratificava com vinte mil réis quem o denunciasse ou prendesse (*Treze de Maio* N° 344, 15 de Junho de 1854).

João Francisco ao fugir também foi anunciado no *Treze de Maio*. Pertencente a Zefirino Urbano da Fonseca, de Gurupá, é descrito fisicamente e psicologicamente da seguinte forma: homem já avançado em idade, magro, um pouco alto e com alguns dentes faltando. Ganhou uma cicatriz em tempos atrás quando levou um tiro enquanto fugia. Entusiasmado, é dito que tocava viola muito mal, ainda que normalmente cante e dance imitando os vaqueiros do Marajó. Por saber atirar bem era afeiçoado à prática da caça, sendo ainda bom pedreiro e calafate. Diziam estar viajando da capital para o Marajó (*Treze de Maio* N° 448, 13 de Fevereiro de 1855).

Muitos homens e mulheres, velhos e crianças fizeram parte desses anúncios e viveram verdadeiras aventuras em busca da liberdade almejada. O caminho dessa busca para muitos escravos se fez também em Marajó. Seja como travessia para as Guianas, para compor ajuntamentos de temíveis mocambos, ou simplesmente como rota de saída para quem vivia por aqueles lados. O Marajó, desta forma, moldou o próprio escravizado, seja no momento em que chegou a roubar gado alheio para seu sustento ou ao possibilitar conhecer a complexa geografia de suas florestas e rios com fins de alcançar algo mais além, encontrando lá índios que tanto quanto eles odiavam o branco e por estarem em condições semelhantes, estabeleceram diferentes formas de relacionamentos (SARRAF-PACHECO,

2012). Tais contatos, desenharam um cotidiano de gentes que lutavam pela sobrevivência, liberdade e interesses diversos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do período de 1840 a 1861, a partir dos registros do *Treze de Maio*, permitiu avançar em importantes aspectos da problemática de pesquisa, assim como deixou lacunas que precisam ser preenchidas para um melhor entendimento das relações entre os diferentes tempos que compõe a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. O uso da fonte jornalística no entendimento do cotidiano marajoara antes do *boom* da economia da borracha e o levantamento de materiais sobre a vida nos dois lados do Marajó, região dos Campos e região das Florestas, permitiu desvendar temas que se tornaram preocupação de um jornal alinhado ao discurso do poder imperial brasileiro. Assim, a preocupação com patrimônio familiar, heranças, a crise na economia do gado e a emergência da economia da borracha, doenças como o cólera e as fugas de escravos para diferentes espaços marajoaras, foram os principais temas que circularam nas pautas do matutino acerca da região em estudo.

Por se tratar de um estudo que visa dialogar posteriormente também com os discursos construídos por outros periódicos do séc. XIX, sentiu-se que outros conhecimentos seriam necessários para proporcionar um melhor entendimento das urdiduras que explicam a vida na primeira metade do século XIX. Entre essas carências, ganha destaque a ausência de diálogo com os estudos históricos acerca do período e das temáticas de cunho antropológico que emergiram das páginas do *Treze de Maio*.

Tem-se clareza que muitas são as diferenças entre o modo com grupos no poder e populares orientavam suas vidas frente a virada no século XIX e primeiras décadas do século XX, contudo, acredita-se que a contribuição deixada pela pesquisa permitirá, futuramente, análises mais consistentes tanto do ponto de vista dos usos da historiografia, quanto maior conhecimento das estruturas de sentimento (WILLIAMS, 1979) que orientavam as práticas culturais no Brasil, com suas relações e singularidades no mundo amazônico.

## FONTES

### Edições Jornalísticas Utilizadas

Treze de Maio, nº 1, 13 de maio de 1840.  
 Treze de Maio, nº 5, 27 de maio de 1840.  
 Treze de Maio, nº 29, 29 de agosto de 1840.  
 Treze de Maio, nº 52, 18 de novembro de 1840.  
 Treze de Maio, nº 68, 13 de janeiro de 1841.  
 Treze de Maio, nº 301, 15 de abril de 1843.  
 Treze de Maio, nº 322, 28 de junho de 1843.  
 Treze de Maio, nº 316, 12 de julho de 1843.  
 Treze de Maio, nº 338, 23 de agosto de 1843.  
 Treze de Maio, nº 357, 28 de outubro de 1843.  
 Treze de Maio, nº 350, 04 de outubro de 1843.  
 Treze de Maio, nº 378, 17 de janeiro 1844.  
 Treze de Maio, nº 425, 03 de julho 1844.  
 Treze de Maio, nº 430, 20 de julho de 1844.  
 Treze de Maio, nº 476, 25 de janeiro de 1845.  
 Treze de maio, nº 513, 7 de junho de 1845.  
 Treze de Maio, nº 530, 13 de agosto de 1845.  
 Treze de Maio, nº 822/814, 02 de agosto de 1848.  
 Treze de Maio, nº 829, 26 de agosto de 1848.  
 Treze de Maio, nº 254, 17 de novembro de 1853.  
 Treze de Maio, nº 259, 29 de novembro de 1853.  
 Treze de Maio, nº 304, 14 de março de 1854.  
 Treze de Maio, nº 318/319, 20 de abril de 1854.  
 Treze de Maio, nº 324, 29 de abril de 1854.  
 Treze de Maio, nº 330, 13 de maio de 1854.  
 Treze de Maio, nº 344, 15 de junho de 1854.  
 Treze de Maio, nº 497/498, 5 de junho de 1855.  
 Treze de Maio, nº 527, 11 de agosto de 1855.  
 Treze de Maio, nº 541, 11 de setembro de 1855.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA NETO, José Maia. A Cabanagem: a Revolução no Pará. In: ALVES FILHO, Armando et al (Org.). **Pontos de história da Amazônia**. 3 ed. Belém: Paka- Tatu, 2001. p. 73-102.

BEZERRA NETO, José Maia. **Fugindo, sempre fugindo**: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888). Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2000.

BRÍGIDA, Jessé Andrade Santa; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; SILVA, Camille Nascimento da. O Paraense e Treze de Maio: sentidos sobre o povo do Pará em momentos de transformações. **XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Manaus,

2013, 1-13.

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história? **Comunicação & Mercado/UNIGRAN** - Dourados, v. 01, n. 02, pp. 79-87, nov. 2012.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. ICOFOM/ICOM. São Paulo: Armand Colin. 2013.

NEVES, Lucilia de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**, n. 3, p. 109-116, 2000. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=25&path%5B%5D=19>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

PELEGRINI, Sandra C. A. Notas a propósito das interconexões entre memória, história e bens patrimoniais. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 18, n.3, p. 1069-1082, set./dez. 2014. Disponível: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/download/33928/pdf>>. Acesso: 19 abr. 2018.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações [e] Universidade Federal do Pará. Rio de Janeiro. 1971.

SARRAF-PACHECO, Agenor. As Áfricas nos Marajós: Visões, fugas e redes de contatos. In. SCHAAN, D. P.; MARTINS, C. P. (Orgs.) **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. 1. ed. GKNORONHA. Belém, 2010.

\_\_\_\_\_. Cosmologias Afroindígenas na Amazônia Marajoara. **Projeto História**, v. 44, p. 197-226, 2012.

PACHECO, Agenor Sarraf. **À margem dos Marajós: cotidiano, memórias e imagens da “Cidade-Floresta”** Melgaço. Belém: Paka-Tatu, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.